

## 10 ANOS DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EDUCADOR PAULO JORGE DOS SANTOS RODRIGUES: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

**Mércia Krislany Bandeira Félix**

Ufal

mercia.felix@cedu.ufal.br

**Maria Conceição Valença da Silva**

Ufal

conceicao.valenca@yahoo.com.br

**Leilson Oliveira do Nascimento**

EPJ

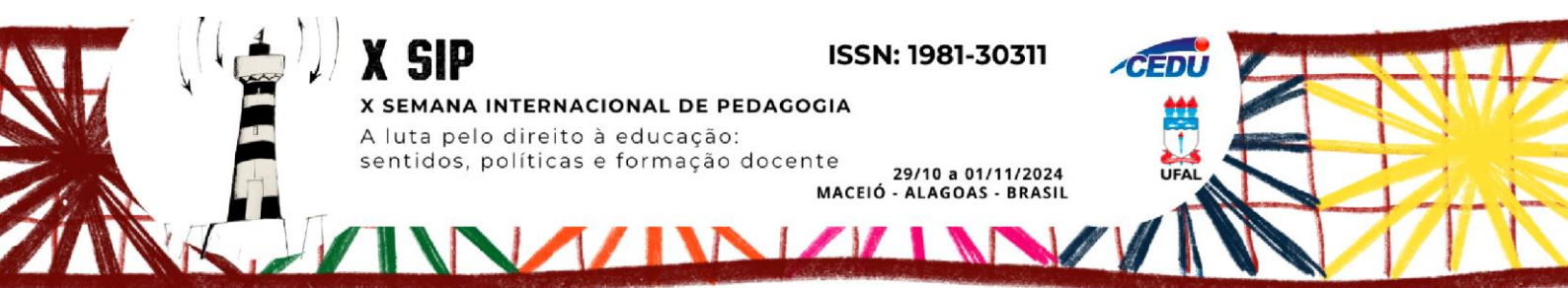
leilsoncppf@gmail.com

### 1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre a educação em prisões e no sistema socioeducativo têm longa trajetória, remontando ao final do século XIX e início do século XX. Entretanto, nas últimas décadas, o conceito de educação nessas instituições ganhou maior relevância, com um foco crescente na reabilitação e reintegração social, tanto de presos, quanto de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1948), no Artigo 26 estabelece os direitos de todos à educação, tendo esse direito sido reforçado pela Convenção Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assinada em 16 de dezembro de 1966 (ONU, 1966). A partir desse marco histórico a educação passou a ser pensada de uma forma diferente, no intuito de oferecer a educação a todos, incentivado pelos movimentos de educação popular. Foi a partir das discussões sobre o direito a educação como um direito universal que se começou a considerar também o direito à educação para pessoas em situação de privação de liberdade, Timothy Ireland (2010) em suas análises ressalta que, tanto os instrumentos internacionais que garantem o direito à educação, quanto os compromissos que promovem a educação para todos têm uma abordagem inclusiva, não há distinção entre pessoas privadas de liberdade e pessoas livres. A Escola Estadual de Educação Básica Educador Paulo Jorge dos Santos Rodrigues (EPJ)<sup>1</sup>, desde sua fundação em 2014, tem se destacado como um marco na educação de jovens e adultos em Alagoas, especialmente no contexto de privação de liberdade. Nesse sentido, este

---

<sup>1</sup> A partir deste momento, a sigla EPJ será utilizada com referência à escola.



trabalho se propõe a estudar a trajetória da escola supracitada, ao longo da década de sua existência, explorando o contexto histórico que permitiu sua criação e funcionamento. Por meio do levantamento de legislações e documentos relevantes, buscamos compreender não apenas a origem da escola, mas também a inspiradora história de seu patrono, Paulo Jorge, que dedicou sua vida à educação e à transformação social de pessoas privadas de liberdade. Essa análise é essencial para evidenciar o impacto que a escola teve na promoção da inclusão e na reintegração de indivíduos na sociedade, refletindo sobre os desafios e conquistas dessa instituição de ensino.

## 2 OBJETIVOS

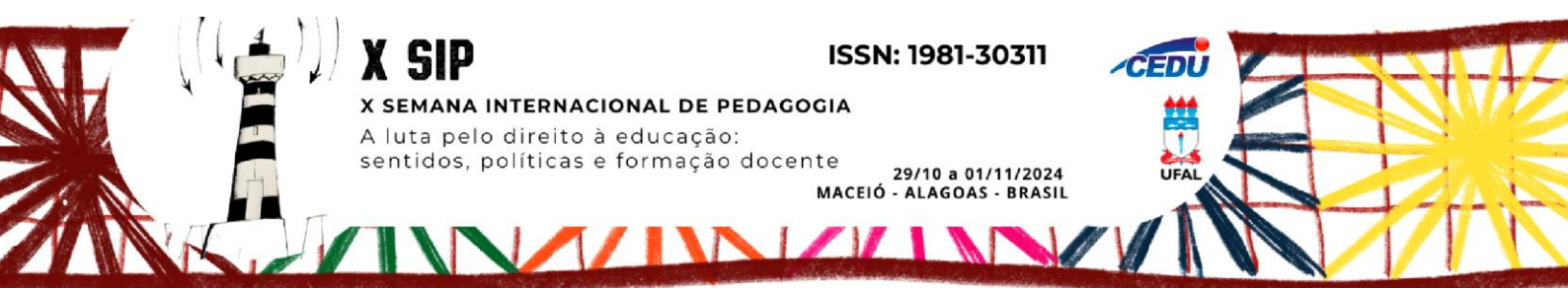
**Objetivo Geral** - Realizar um estudo introdutório da trajetória da Escola de Educação Básica Educador Paulo Jorge (EPJ), desde sua criação em 2014.

### Objetivos Específicos

- Situar a educação de pessoas em privação de liberdade, em âmbito nacional e estadual;
- Discutir a relação entre a prisão e a escola;
- Fazer levantamento da documentação do credenciamento e funcionamento da escola;
- Analisar a documentação da escola;
- Evidenciar principais aspectos que configuram o decênio da EPJ.

## 3 METODOLOGIA

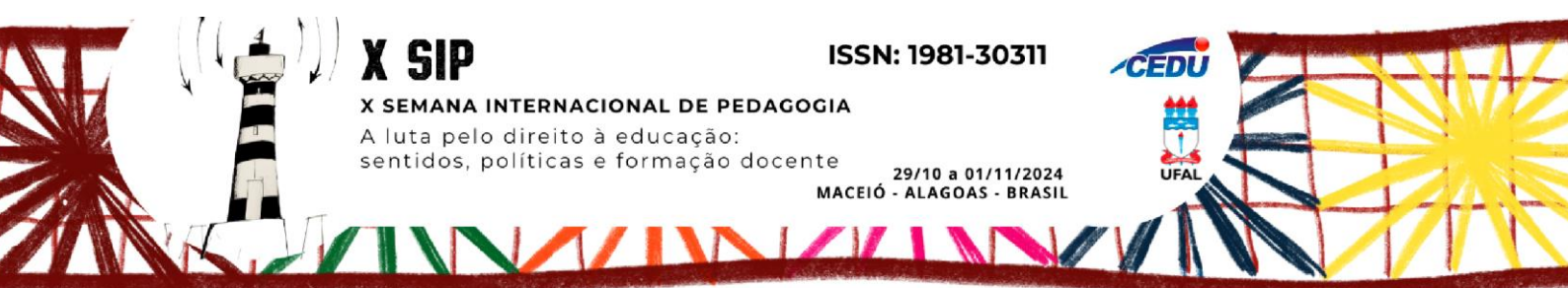
Este estudo é de caráter exploratório, pois, conforme Fernandes (2018), visa proporcionar familiaridade com o problema, ampliando o conhecimento do pesquisador sobre ele (p. 147). A pesquisa é de caráter qualitativo, que, conforme definido por Knechtel (2014, p.97), visa a compreensão dos fenômenos humanos, buscando obter uma visão detalhada e complexa dos mesmos. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, foram empregadas a pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Boni (2005, p. 71), a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados



atuais e relevantes. Para análise dos dados foi utilizada a Análise Documental (GIL, 2002) porque possibilita um olhar mais abrangente do estudo, favorecendo uma maior aproximação e conhecimento dos documentos utilizados na investigação.

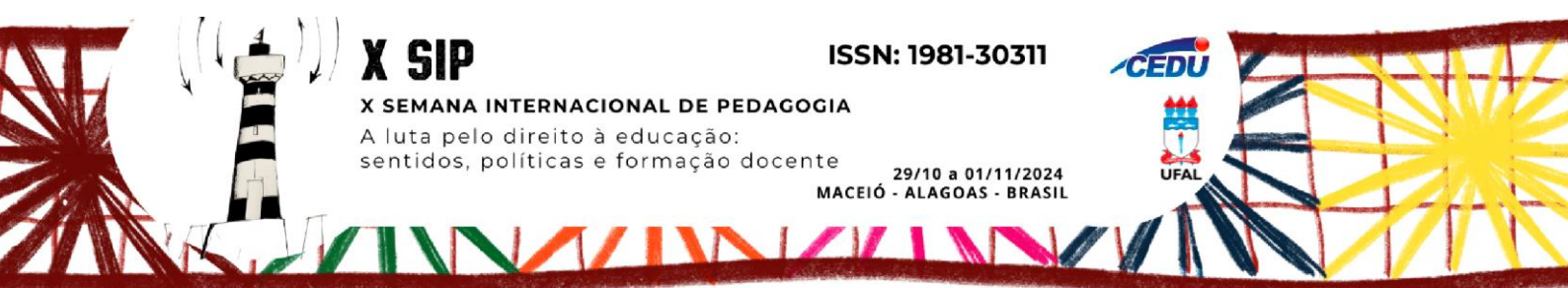
#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esta pesquisa está em andamento, o que implica que os resultados finais serão apresentados posteriormente. Contudo, são apresentados resultados parciais e as discussões realizadas até este momento do estudo. Paulo Jorge, um alagoano nascido em 1957, cresceu em uma família adotiva e humilde. Ele descreve em sua autobiografia que, devido às dificuldades financeiras de sua mãe genética e à ausência do pai, foi entregue à tia de segundo grau aos seis anos. Ao longo da vida, Paulo Jorge enfrentou desigualdade social, racismo e homofobia, mas, apesar de não ter concluído o ensino médio, sempre teve muito apreço pelo universo da leitura. Sua trajetória profissional começou como segurança em empresas privadas, mas, a partir de 1985, ele se envolveu em círculos musicais e teatrais, além de experimentar o uso de maconha, uma prática comum na época. Contudo, sua vida teve uma reviravolta significativa quando foi preso com 700 gramas de maconha, experiência que o levou a uma profunda transformação. Paulo Jorge relata que o sofrimento e a dor que enfrentou durante esse período resultaram em uma significativa produção literária, que se manifestou em poemas, crônicas e ensaios teatrais. Durante seu tempo no presídio, Paulo se ofereceu para alfabetizar outros detentos, destacando-se na educação no cárcere, especialmente no antigo Presídio São Leonardo, na cidade de Maceió. Sua paixão pela educação emergiu enquanto ele compunha poesias que o ajudavam a lidar com sua situação, revelando um potencial poético que até então estava adormecido. Após cumprir sua pena no ano 2000, ele continuou seu trabalho na educação no cárcere por meio dos projetos educacionais em vigência na época, a exemplo do “Brasil alfabetizado”, bem como, produzindo uma coletânea de poemas que refletiam sua esperança por uma nova vida e as oportunidades que a educação no sistema prisional poderia oferecer. Após ser contratado como Gerente de Educação pela Secretaria Estadual de Educação, ele desempenhou um papel fundamental na promoção de ações educacionais dentro dos presídios, não atuou como professor, mas desempenhou um papel importante, principalmente na área



política na execução de políticas e projetos voltados para educação no sistema prisional. Em 2001, publicou "Poexílio", um livro que exemplifica seu compromisso como educador popular e sua humanidade diante das adversidades que enfrentou, o livro foi escrito enquanto o mesmo ainda estava preso e foi publicado pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal). Essa obra não só marca sua trajetória pessoal, mas também destaca a importância da educação como um meio de transformação e resiliência. Após deixar o presídio, a escrita de poemas também voltou a desempenhar um papel significativo na vida de Paulo Jorge. Ele começou a trabalhar em um segundo livro, que decidiu chamar de "Poexílio 2". Este novo projeto era composto por poesias que abordavam temas mais românticos e exploravam o papel crucial da educação. Ao contrário das poesias anteriores, que refletiam as duras realidades do cárcere, este livro expressava um sentimento renovado de esperança e alegria, centrado nas novas experiências e aprendizados que Paulo Jorge estava vivenciando após sua liberação. Infelizmente, devido a limitações financeiras, o livro não chegou a ser publicado e ficou apenas como um conjunto de rascunhos não finalizados. Paulo Jorge faleceu em 2006, depois de passar vários meses em tratamento para hepatite viral. Apesar desse ocorrido, ele deixou um legado profundo e memorável, ilustrado por meio de sua própria jornada e registrado em seu livro o impacto transformador que a educação pode ter na vida de uma pessoa anteriormente estigmatizada como "criminoso" pela sociedade. A EPJ é a primeira unidade educacional em Alagoas a oferecer (oficial e sistematicamente) educação para jovens e adultos em privação de liberdade, bem como para egressos dos sistemas prisional e socioeducativo. Sua criação está alinhada à Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e à Resolução nº 03 de 2009 (CNPCP, 2009), que estabelece a educação como um direito fundamental. O processo de abertura teve início em 13 de março de 2013, quando a Secretaria de Educação (Seduc) instaurou um procedimento formal por meio do Memorando nº 95/2013, enviado à Superintendência de Educação (Suped). Esse Memorando fundamentava a necessidade de uma escola que atendesse às especificidades do ensino para indivíduos privados de liberdade, com base em dispositivos legais e na experiência prática dos educadores que atuam nesse contexto. Esse novo modelo proposto pela Suped, por meio do Memorando nº 95/2013, buscou integrar as conquistas e desafios enfrentados na educação no



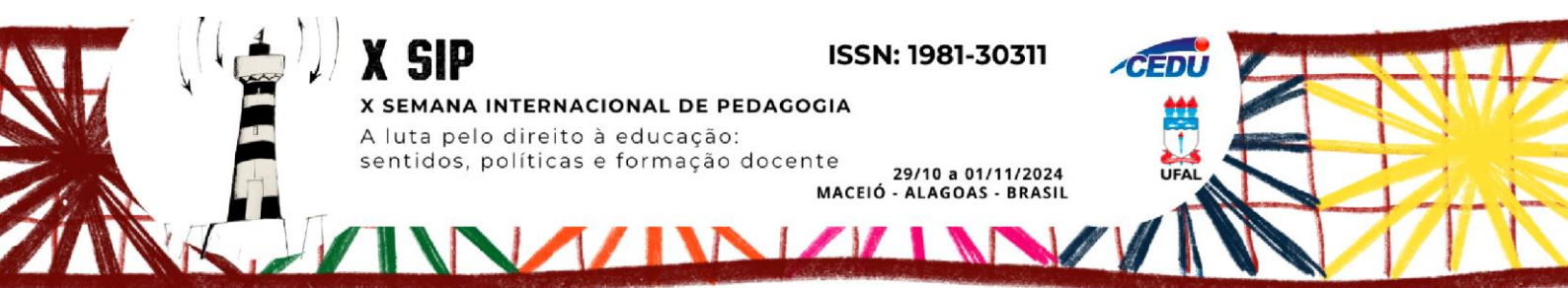


cárcere. Superando resistências comunitárias, após um extenso processo liderado pela Suped, a escola foi oficialmente decretada pelo governador Teotônio Vilela em 21 de janeiro de 2014, Decreto nº 30.056 (ALAGOAS, 2014). Essa decisão honrou o legado de Paulo Jorge dos Santos Rodrigues, escolhido patrono da escola, em reconhecimento aos anos que dedicou à educação de pessoas privadas de liberdade, conforme relata em seu livro "Poexílio" (2010). Assim, conforme disposto no Artigo 1º do Decreto (Ibidem) "a escola é oficialmente localizada no Conjunto Fernando Ribeiro Toledo Filho, s/n, Santa Lúcia - Tabuleiro do Martins, Estado de Alagoas, e está vinculada à 14ª Coordenadoria Regional de Educação" (ALAGOAS, 2014). A EPJ enfrentou muitos desafios durante esses dez anos, como a constituição de um conselho escolar, essencial para a gestão democrática e coletiva da escola. A composição do conselho, que deveria incluir alunos e pais, apresentava-se como um desafio, uma vez que a maioria dos estudantes estava presa e os responsáveis por eles se mostravam distantes da instituição e em alguns casos até dos próprios apenados. Assim, foi necessário criar um estatuto específico que contemplasse a realidade da EPJ. A primeira conquista foi a adaptação do regimento, considerando que os alunos não poderiam participar da gestão diretamente. A EPJ evidencia a possibilidade de um diálogo mais dinâmico entre a prisão e a escola. Sua atuação nas prisões destaca a educação como um elemento essencial para a reinserção social e a formação cidadã das pessoas privadas de liberdade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória da EPJ reflete a importância da educação na reintegração social de pessoas privadas de liberdade. Desde sua fundação em 2014, a EPJ se destaca como um modelo inovador no estado de Alagoas, promovendo um diálogo ativo entre os sistemas prisional, socioeducativo e a educação. O legado de Paulo Jorge, simbolizado pela dedicação à transformação social, inspira a continuidade desse trabalho realizado pela escola. Como mencionado, o estudo está em curso e três dos objetivos ainda estão em andamento. Com efeito, ao término da pesquisa, esperamos ter contribuído para o reconhecimento da importância da EPJ, bem como que a pesquisa possa subsidiar futuros trabalhos científicos.

## **REFERÊNCIAS**



ALAGOAS. **Decreto nº 30.056, de 21 de janeiro de 2014.** Dispõe sobre a criação da Escola Estadual de Educação Básica Paulo Jorge dos Santos Rodrigues. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 21 jan. 2014. Disponível em: < <https://www.escavador.com/diarios/599965/DOEAL/poder-executivo/2014-01-22?page=2>>

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar:** como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC, v. 2, n. 1, p. 3, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

CNPCP. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCCP). **Resolução CNPCP n. 3, de 2009.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Brasília/ DF: CNPCP, 2009.

FERNANDES, Alice Munz et al. Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação: Análise bibliométrica. **Desafio online**, v. 6, n. 1, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

IRELAND, Timothy D. **Anotações sobre a educação em prisões:** direitos, contradições e desafios. In: **EDUCAÇÕES EM PRISÕES: DIREITO E DESAFIOS.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da Pesquisa em Educação:** uma abordagem teórico-prática. Curitiba: Intersaberes, 2014.

ONU. **Convenção Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** Assinada em 16 de dezembro de 1966. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/organizacao-das-nacoes-unidas-onu/relatorios-internacionais-1/pacto-internacional-sobre-os-direitos-economicos-sociais-e-culturais#:~:text=O%20acordo%20diz%20que%20seus,um%20padr%C3%A3o%20de%20vida%20adequado.>> Acesso em: 20 set. 2024.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Assembleia Geral, 1948. Disponível em: <<https://www.un.org/pt/udhr>>. Acesso em: 22 set. 2024.

RODRIGUES, Paulo Jorge. **Poexílio.** Maceió: EdUfal, 2001.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEDUC). **Memorando nº 95/2013.** MACEIÓ 13 de Março de 2013.